

Ata



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
Mineiros do Médio São Francisco

Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco-CBHSF9 gestão 2023/2027, virtual, realizada no dia seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 09 horas, por meio do aplicativo Microsoft. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes, representantes do poder público Estadual: Érika Soares Batista-IGAM; Willian César Ireno-PCMG; Mário Lúcio dos Santos-IEF Demerson Rodrigues Batista-SES; Vanilson Evangelista Barbosa-SES; Frederico Rodrigues Botelho-EMATER; Karla Jorge da Silva-SEAPA. Representantes do poder público Municipal: Anna Karen Araujo Souza-CODANORTE; Amanda Souza Gomes-CODANORTE; Rodrigo Cesar Henriques Teixeira-Município de São Francisco; Isac da Silva Rodrigues- Município de São João das Missões; Nilson Pereira Ruas-Município de Pintópolis; Érica Viana Mota Caldeira- Município de Miravânia; Paulo Henrique Vieira Gomes-Chapada Gaúcha. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Warlen Junior do Amaral-COPASA; Laila Tupinambá Mota-FIEMG; Bianca Kastembal Ferreira Silva-FAEMG; Júllia Maria Maia Xavier-Sindicato Rural de Montes Claros; Givaldo César da Paixão Junior-CODEVASF. Representantes da sociedade civil: Edmundo Barbosa Nepomuceno-AEFAV; Gustavo Bernadino Malacco da Silva-ANGÁ; Cesar Victor do Espírito Santo-FUNATURA; Tarcísio Oliveria Braz-SINDÁGUA; Adei Alves Martins-SINDÁGUA. Convidados: Giuliane Carolina de Almeida Portes-IGAM; Jeane Sabrina Maia-IGAM Ouvinte: Janicleice Cardoso Alves-Aux. Adm. CBHSF9., O Presidente Rodrigo Cesar Henriques Teixeira-Prefeitura Municipal de São Francisco cumprimentou aos conselheiros pedindo que aguardassem mais um pouco para que entrassem mais conselheiros. Às 09:12 O Presidente Rodrigo Cesar Henriques Teixeira-Prefeitura Municipal de São Francisco, deu início a reunião convidando ao Sr. Tobias Tiago Pinto Vieira- Presidente CBH Paracatu e Uruçua para que apresentasse o Parecer de Aptidão. O Sr. Tobias Tiago Pinto Vieira deu início se apresentado e explanando sobre o relatório que seria apresentado. Informou que foi elaborado o parecer avaliando os documentos apresentados pela entidade Peixe Vivo, apresentou os dados do processo e o procedimento adotado para opção da agência, desta forma foi optado pela dispensa. Foram apresentadas as deliberações aprovadas em cada comitê e representantes de cada. Explanou sobre a criação da comissão e da estimativa de arrecadação das bacias, para que a agência se manifestasse. A Agência Peixe Vivo manifestou interesse e encaminhou toda a documentação solicitada. Os membros da comissão avaliaram e questionaram sobre as peculiaridades, do qual houve uma reunião presencial em 14/06/2024, a qual foi pedido alguns ajustes a serem feitos. O Sr. Tobias acrescentou em 08/2024 assumiu a relatoria da comissão e solicitou um detalhamento sobre rateio de despesas e valores, o qual não seria discutido na presente reunião, sendo a reunião para deliberação sobre a capacidade da agência Peixe Vivo se apta e ter capacidade técnica, para que o IGAM possa avançar com o contrato de gestão. Explanou sobre os detalhes e as adequações realizadas, mostrou o checklist, as análises realizadas e acrescentou que de acordo com a documentação apresentada ficou claro que a Agência Peixe Vivo tem qualificação para ser entidade. Finalizou afirmando que a comissão entende que a Peixe Vivo apta a ser agência do comitê de bacia. Se colocou à disposição para tirar dúvidas como relator da comissão. O conselheiro Mário Lúcio dos Santos-IEF, agradeceu ao Sr. Tobias e afirmou que foi muito clara e esclarecedora a apresentação, pediu permissão para questionar sobre o percentual de inadimplência, se é conhecido o perfil de cada um. O Sr. Tobias pontuou que é importante destacar que muitos comitês não possuem arrecadação, sendo este, um dos principais motivos da viabilização da equiparação, sobre a inadimplência foi feito um levantamento sobre as parcelas não quitadas, mas que existem, os que ainda não pagam por exemplo o São Francisco já possui 54 milhões de inadimplência, e com a equiparação será realizado o monitoramento em todos os comitês. O presidente Rodrigo, pontuou a fala do Sr. Tobias e que de fato na bacia não está sendo cobrada como de conhecimento do Sr. Mário Lúcio representante do comitê, citou que é preciso que os municípios da bacia informem ao comitê as necessidades. Citou sobre a barraginhas subterrâneas e as necessidades da bacia que precisam ser informadas. Fez um apelo aos conselheiros que o ajudem neste trabalho. O Sr Tobias pontuou que o plano

comunicação em conjunto terá que ser bem trabalhado, e antes da ação tem o dinheiro acrescentou o medo de que a inadimplência venha a trazer desgastes ao comitê. O presidente Rodrigo confirmou que de fato os retornos seriam cobrados aos presidentes. O conselheiro Isaac fez uma observação sobre a AGB Peixe Vivo e pontou que pessoalmente não vê os recursos sendo inseridos devido ao grande nível de terceirização dos serviços pela AGB, não trazendo o efeito. O Sr Tobias esclareceu ao Sr Isaac que a AGB tem os recursos da calha e as ações do São Francisco são normalmente próximos a calha, então dessa forma as ações são vistas nessas regiões, citou que existe coordenador que prestigia outras regiões, a exemplo o movimento vire carranca foi levado para Brasília-DF, e que o comitê estando próximo poderá destinar o uso dos recursos. O conselheiro William César Ireno-PCMG deu sua contribuição informando que o processo é histórico e frisou sobre o valor baixo da arrecadação da região, mas que em união irá agregar e encaminhou pelo voto sim para Agência Peixe Vivo pois ela já vem demonstrando um bom trabalho, que dependerá do plano de execução e do contrato de forma a ser bem elaborado. Pontuou sobre a fala do Sr Tobias, em relação ao Altino, acrescentou ser inapropriado devido ao mesmo não estar presente para se defender e que a reunião não era para divergir e sim para se congregar e manifestou aprovação da AGB. O presidente agradeceu ao Sr William pela sua contribuição construtiva e esclareceu que a fala do Sr Tobias não quis denegrir a imagem do Altino e sim fazer um posicionamento pessoal que é diferente. Deu seguimento citando sobre o fato de achar que tem que engolir a Peixe vivo, pois o IGAM colocou a AGB para aprovação, citou que falando como conselheiro, entende dessa forma. O Sr Tobias argumentou que, sem o propósito de defender ninguém, em conversa com IGAM foi informado que, haveria a possibilidade de abrir o edital de chamamento, mas que possivelmente cairia novamente para Agência Peixe Vivo, desta forma perdendo tempo para o processo de gestão. Afirmou conhecer outras agencias em outros comitês e não se compara a AGB, que possui uma estrutura e capacidade bem melhor, enquanto opções haveria, mas seria um dispêndio em desfavor dos comitês. O presidente Rodrigo replicou que não desconsidera a fala do Sr Tobias, mas achou impositivo, solicitou a Sra. Jeane -IGAM que esclarecesse. O conselheiro William Cesar, contrapôs a fala do presidente Rodrigo e afirmou concordar com a fala do Sr Tobias, pois a AGB talvez se tonar um mal necessário, no bom sentido, pois em virtude da baixa arrecadação dos pequenos comitês, talvez daria uma consulta deserta devido a inviabilidade econômica dos comitês e o valor arrecadado não seria suficiente para atender as grandes demandas atuais, no sentido de congregar, fortalecer e unir os comitês a AGB é mal necessário e no futuro terem um pouco mais de independência. O presidente Rodrigo discordou em parte pois acha que foi muito direcionado AGB. A conselheira Érika Soares Batista-IGAM, deu sua a contribuição afirmando que vai em sentido do que o conselheiro William falou, que os conselheiros têm que lidar com a realidade, pois outras instituições podem não ter interesse, desta forma se torna um mal necessário, e que tem que ser realista de acordo com o que é factível e assim a AGB é mais viável, uma oportunidade factível. O Conselheiro Isaac incluiu que acha necessária a abertura de edital que mesmo havendo percas pelo tempo, não haverá peso de consciência, da qual compartilha com a opinião do presidente Rodrigo, devido a não ficar tão clara a escolha e propôs debater um pouco mais, mesmo diante da dificuldade. O presidente Rodrigo somou a fala do conselheiro Isaac e frisou que felizmente ou infelizmente seria preciso aprovar, sendo essa a forma de ir para frente, frisou tem que aprovar e tem que aprovar. O Sr. Tobias complementou informando os horizontes do comitê, friso que sem inadimplência o sf9 tem possibilidade de arrecadação de R\$ 1.229.336,00, havendo inadimplência a arrecadação cai para R\$ 592.000,00, desta forma o IGAM analisou que o comitê tem posição complicada para ter um contrato independente e se comparando com, sf7 o horizonte é de 21 milhões , e assim ela pode ajudar os demais comitês a terem uma agencia, e pontou que tem que alguns comitês venha a parar devido a esses horizontes. O Presidente Rodrigo retorquiu que não questionou os valores arrecadados, mas a imposição na escolha da AGB e afirmou que seu município é inadimplente. O Sr Tobias esclareceu que os comitês podem fazer a dispensa do edital se olharem para a agência do federal, pois têm estrutura, pontuou que os comitês irão se ajudar mutuamente e olhando por esse lado de arrecadação e viabilizando o desenvolvimento. A convidada Giuliane Carolina de Almeida Portes-IGAM, deu sua contribuição aproveitando a fala do Sr Tobias, lembrou que o momento de escolha a esta definição foi deliberada anteriormente através do Pacto de Integração, onde foi escolhida a opção da AGB e foi um dos requisitos para dispensa do chamamento público , de forma que o olhar fosse para a entidade, sendo a presente reunião para os conselheiros definirem se a entidade tem a capacidade técnica para atuar como entidade equiparada e concordar com essa atuação no âmbito das bacias, não sendo possível voltar atras a menos que a AGB não esteja apta a exercer esse papel e agradeceu. O presidente Rodrigo parabenizou a Sra. Giuliane pela consideração e pediu desculpas por ter se excedido, mas que na sua colocação foi a forma que foi colocado e que felizmente ou infelizmente deve ser aprovado, se não o comitê não caminha. A Sra. Giuliane esclareceu que entende a colocação, mas tem convicção que o

processo foi democrático e a deliberação foi feita, não havendo como retroceder e discordou sobre o fato de ter sido uma imposição pois foi feito respeitando todo o processo e nesse novo momento é hora de decidir se está apta. O presidente Rodrigo acrescentou dando certeza de que AGB está apta e que apresentou sua opinião como conselheiro e não presidente. O conselheiro Mário Lúcio deu sua contribuição afirmando que as falas da Sra. Giuliane e do Sr Tobias o comtemplou não sendo necessário nada acrescentar. O conselheiro Tarcísio Oliveria Braz-SINDÁGUA, deu sua contribuição afirmando que é necessário entender a questão financeira, pois o comitê já foi atendido pela AGB e que gestões anteriores, como Alda e Dr. João Naves brigaram muito para tentar montar uma agência e pela questão financeira o comitê não consegue manter uma agência e isso é notório. E quanto a capacidade técnica da Peixe Vivo, isto é indiscutível ele possui, questionou sobre a proposta do atendimento para o sf9 que é isso que preocupa, aprovou a fala da Sra. Giuliane e citou que acompanha a mais de 10 anos a AGB e confirmou a capacidade, direcionou ao presidente Rodrigo que gostaria de entender os compromissos firmados para o SF9 e declarou aprovação quanto a capacidade técnica. O Sr Tobias explanou ao Sr Tarcísio sobre a possível criação da sede em Montes Claros para o comitê, e sobre a questão financeira o auxiliar administrativo será compartilhado com 3 comitês e os demais funcionários serão compartilhados entre todos os comitês e maior fatia de despesas será de quem arrecada mais e citou vários itens que compõe o rateio e quanto as ações a serem desenvolvidas serão resolvidas futuramente. O presidente Rodrigo pontou novamente que não citou questão financeira, tanto que a prefeitura disponibiliza o local para o comitê e que está com tudo montado. O Sr Tobias frisou que fez questão de comentar a questão financeira devido ao comentário do Sr Tarcísio que afirmou não ter visto a proposta e que é mesmo para deixar mais claro. O conselheiro Tarcísio acrescentou que ele apresentou a estrutura, mas que a dúvida é sobre a prioridade, qual projeto, o atendimento de demandas, pois o comitê sempre teve a necessidade de atendimento para especialista e na época era a Peixe Vivo que atendia ao comitê, e questionou novamente qual a prioridade de atendimento do SF9, para que o comitê não fique em terceiro plano e que o comitê não tem problema quanto a estrutura que o comitê dá conta das demandas. O Sr Tobias concordou com Sr Tarcísio e afirmou entender o questionamento e a dúvida seria se terão atendimento para os trabalhos que desejam fazer e que isso ainda não foi discutido, e que do contrato de gestão o que será decidido os 92,5% da arrecadação é função do comitê decidir onde serão utilizados. O presidente Rodrigo deu a palavra a Sr Giuliane. A Sra. Giuliane complementou a fala do Sr Tobias afirmando que vale mencionar que cada bacia terá sua arrecadação e conta separada e que houve uma alteração na legislação onde o Art. 28 da lei 3199 diz que os valores arrecadados através da cobrança serão aplicados preferencialmente na bacia em que foram gerados e utilizados e o percentual de custeio podendo chegar até 20% conforme contrato de gestão e que através da PPA que vai ser definidos aplicação juntamente com a consonância com o Plano de Recursos Hídricos e ainda haverá um momento oportuno da discutir as necessidades e que o PPA é que dará esse norte ao comitê e agora é indicar ou não indicar, se está apta ou não apta e que haverá outras etapas, que após essa será a assinatura do contrato de gestão com novas etapas. O presidente Rodrigo afirmou que concordar com a fala da Giuliane e que felizmente o comitê precisa aprovar a aptidão da Agência peixe Vivo. O conselheiro Cesar Victor do Espírito Santo-FUNATURA, cumprimentou a todos e deu sua contribuição questionou o porquê de não ser interessante abrir um processo não desfazendo da AGB, mas que não sabe se não haveria outra entidade capaz de atender e como o sf9 tem várias particularidades como o Mosaico, vários rios inclusive alguns secando e uma potencialidade de arrecadação crescer, e frisou interesse em entender melhor essa não possibilidade de abertura de edital e questionou também a importância de ter em mente o que a entidade irá propor, para uma melhor clareza, finalizou e agradeceu. O conselheiro Sr Isaac observou sobre a questão de logística para atendimento do comitê, visto que a central está em BH e compartilhou da fala do Sr Cesar Vitor sobre a outra opção para escolha. A conselheira Laila Tupinambá Mota-FIEMG, deu sua contribuição frisando que parece que o comitê tem opção, mas não tem, pois, a arrecadação não é suficiente para manter uma agência, exemplificando os custeios de uma agência baseando-se na previsão de arrecadação, e a AGB só é opção por estar unida com outros comitês, e se abrir um edital não haverá interesse. Pontuou que haverá um escritório em MOC que atenderá aos 3 comitês e a AGB é o que o comitê tem como escolha. O presidente Rodrigo agradeceu a fala da conselheira Laila e frisou novamente que seu questionamento era sobre opção de escolha da Agência Peixe Vivo. A conselheira Laila complementou confirmando que não tem outra opção, que opção é a AGB para que o comitê consiga andar. O presidente Rodrigo deu a fala a convidada Jeane Sabrina Maia-IGAM. A convidada Jeane Sabrina Maia-IGAM, se apresentou e cumprimentou a todos afirmou ter sido comtemplada nas falas da Sr Giuliane e complementou a fala da conselheira Laila, afirmando a indicação foi a peixe vivo devido a norma do edital e o valor de 7,5 pra manter uma entidade não é interessante, pois o recurso é baixo e conforme o que o Sr Tobias apresentou, o comitê terá uma ganho

mesmo com a quantidade de recurso, pois a entidade irá empurrar o comitê e não é imposição e sim uma opção, exemplificou a situação de edital deserto e pontuou que como já foi decidido anteriormente através do pacto. O presidente Rodrigo deu continuidade afirmando que deveria ser decidido a capacidade técnica da Agência Peixe Vivo e colocou em votação. O conselheiro Tarcísio questionou ou se iriam votar era na capacidade Técnica da AGB ou se o comitê quer que a AGB seja agência de bacia. O presidente questionou se o conselheiro Tarciso haveria lido a convocação e ele confirmou ter lido e que iriam votar se ela seria indicada ou não. O presidente Rodrigo pediu desculpas ao conselheiro Tarcísio e confirmou que iriam votar pela indicação. O conselheiro Tarcísio deixou claro que não outra opção é uma realidade que já foi tentada anteriormente, ou é ela ou nada e direcionou aos conselheiros que mesmo tendo contrariedade a opção é votar e chamar a agência para perto e no futuro havendo necessidade volta no processo. O presidente Rodrigo citou a parceria com o pessoal da COPASA e deu andamento a votação. A Sra. Jeane solicitou a palavra e esclareceu sobre quando foi deliberado o pacto e a indicação da AGB e para apresentar no conselho estadual foi necessário criar uma comissão para verificar a capacidade de apresentar o plano de trabalho e verificar se estava apta a ser indicada, pontou que a questão da Peixe vivo foi feita em outro momento e agora é indicar a AGB para o conselho estadual. O presidente Rodrigo mencionou o conselheiro Tarcísio e comentou que não seria a Alda e sim o Rodrigo o presidente do CBH e que ele é quem responde pelo comitê, que o conselheiro se enganou. O conselheiro Tarcísio retrucou afirmando que o presidente se equivocou e que ele é o presidente, citou o histórico do comitê das tentativas passadas e que não deram certo. O conselheiro Warlen Junior do Amaral-COPASA, deu sua contribuição afirmando que suas dúvidas haviam sido sanadas e que talvez a reunião estaria tomando a dimensão desnecessária de não resolver e agradeceu. O conselheiro Cesar Vitor Complementou ainda ter dúvidas sobre plano de trabalho direcionado ao comitê. O presidente Rodrigo informou que a proposta já fora enviada e pediu aos conselheiros para não adentrar mais e deu a palavra ao Sr. Tobias. O Sr. Tobias sugeriu apresentar a DN e colocar em votação. A conselheira Júlia Maria Maia Xavier-Sindicato Rural de Montes Claros deu sua contribuição, questionando a Sra. Giuliane se o percentual de contribuição para parte administrativa seria de 7,5 a 20%. A Sra. Giuliane esclareceu que na lei anterior seria 7,5 e na lei atual há uma possibilidade de aumento podendo chegar até 20%. A conselheira Júlia pontou sobre o fato de ser utilizado preferencialmente na bacia e que é importante o comitê estar atuante e que infelizmente e compactuou com as palavras do presidente pois não acredita a democracia seja feita forma está sendo feita e que a agência está liderando várias bacias, não somente a do SF9 e concordou em não haver outra agência e espera que na futura haja concorrência entre agencias. Questionou sobre o prazo do contrato de gestão, caso haja um interesse em mudança no futuro e sobre os prazos. A Sra. Giuliane esclareceu que o prazo será conforme contrato de gestão e não havendo alteração, será até 2027 conforme delegação do conselho nacional de recursos hídricos e conforme cumprimento das cláusulas do contrato. A conselheira Júlia Maria Maia Xavier, deu seu voto favorável com ressalvas e finalizou. O conselheiro Mario Lúcio, realizou a leitura da DN para aprovação dos conselheiros. O presidente Rodrigo colocou em votação, não havendo votos contrários, foi aprovada por unanimidade. O presidente agradeceu a todos os conselheiros pela participação e a Sra. Jeane Maia realizou o registro fotográfico da reunião. Não havendo manifestações os conselheiros se cumprimentaram e a reunião fora encerrada. E eu, Mário Lucio dos Santos, Secretário, lavro a presente Ata. Ata aprovada em 11 de março de 2025.

Rodrigo Cesar Henriques Teixeira

Presidente do CBH SF9



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cesar Henriques Teixeira, Presidente(a)**, em 13/03/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **109278356** e o código CRC **64582BB2**.

Referência: Processo nº 2240.01.0007384/2023-75

SEI nº 109278356